

NOVOS Rumos

Revista oficial da Associação dos Magistrados do Paraná e Judicemed



Impresso Especial

891227716-3/11 DR/PR
AMAPAR
CORREIOS

RECEBIMENTO AUTORIZADO
NÃO SE RESPONSABILIZA PELA RUIZ



Luta coletiva

AMAPAR estimula "veia sindical" para buscar direitos e prerrogativas da magistratura

JORNALISTA RESPONSÁVEL

Rômulo Cardoso

EDIÇÃO GRÁFICA

Bruna Zonatto

REVISÃO DE TEXTO

Maurício Bevervanso

FALE CONOSCO Críticas, comentários e sugestões podem ser enviados para o e-mail imprensa@amapar.com.br ou pelo telefone (41) 3017-1622.

AMAPAR

Presidente Frederico Mendes Junior

1.º Vice-Presidente Nilce Regina Lima

2.º Vice-Presidente Laryssa Angélica Copack Muniz

3.º Vice-Presidente Aurênio José Arantes de Moura

4.º Vice-Presidente Luiz Taro Oyama

5.º Vice-Presidente João Maria de Jesus Campos Araújo

6.º Vice-Presidente Geraldo Dutra de Andrade Neto

1.º Secretário¹ Márcio José Tokars

2.º Secretário¹ Roberto Antonio Massaro

1.º Tesoureiro¹ César Ghizoni

2.º Tesoureiro¹ Michela Vechi Saviato

Diretores Executivos

Eduardo Casagrande Sarrão

Diego Santos Teixeira

Nicola Frascati Junior

Fábio André Santos Muniz

Fernando Bueno da Graça

Noeli Salete Tavares Reback

Antonio Lopes de Noronha Filho

Luiz Fernando Tomasi Keppen

JUDICEMED

Presidente Frederico Mendes Junior

Vice-Presidente Luciano Carrasco Falavinha Souza

Diretor Financeiro Luís Carlos Xavier

Diretor Administrativo Nicola Frascati Junior

Conselho Fiscal - Presidente Stewalt Camargo Filho

Conselho Fiscal - Membros

Rui Antonio Cruz

José Candido Sobrinho

Conselho Fiscal - Suplente

Michela Vechi Saviato

Conselho Gestor

Antonio Renato Strapasson

Hayton Lee Swain Filho

Shiroshi Yendo

Antonio Loyola Vieira

EMAP

Diretor Geral Francisco Cardozo Oliveira

Supervisor Pedagógico Lourenço Cristóvão Chemim

Coord. Geral de Cursos Rodrigo Fernandes Lima Dalledone

Curitiba - Diretor Daniel Ribeiro Surdi de Avelar

Curitiba - Vice-Diretor Eduardo Novacki

Cascavel - Diretor Leonardo Ribas Tavares

Cascavel - Vice-Diretor Filomar Helena Perosa Carezia

Foz do Iguaçu - Diretor Wendel Fernando Brunieri

Foz do Iguaçu - Vice-Diretor Marcos Antonio de Souza Lima

Londrina - Diretor Rodrigo Afonso Bressan

Londrina - Vice-Diretor José Ricardo Alvarez Vianna

Maringá - Diretor Fabio Bergamin Capela

Ponta Grossa - Diretor Hélio César Engelhardt

Ponta Grossa - Vice-Diretor Gilberto Romero Perioto

Apoio e Valorização ao Magistrado Sigurd Roberto Bengtsson **Segurança** Leonardo Bechara Stancioli **Boas Práticas** Joeci Machado Camargo **Assuntos Institucionais** Carlos Henrique Licheski Klein **Assuntos Legislativos** Glauco Alessandro de Oliveira, Antônio José Carvalho da Silva Filho **Assuntos Previdenciários** Marcos Antonio da Cunha Araujo **Aposentados** João Maria de Jesus Campos Araújo **Diretor Comunicação Social** Rogerio Ribas, Marcelo Pimentel Bertasso **Convênios** Francisco Carlos Jorge **Cultural - Diretor** Noeval de Quadros **Cultural - Membros** Ivanise Maria Tratz Martins, Flavia da Costa Viana, Fernanda Karam de Chueiri Sanches, Osvaldo Canela Junior **Divulgação e Revista** Joatan Marcos de Carvalho **Esportes** Davi Pinto de Almeida **Atletismo** Roger Vinicius Pires de Camargo Oliveira **Atletismo** Shaline Zeida Ohi Yamaguchi **Futebol** Davi Pinto de Almeida **Esporte Feminino** Fernanda Karam de Chueiri Sanches **Informática** Rui Portugal Bacellar Filho **Integração - Curitiba, RMC e Litoral** Bruna Cavalcanti de Albuquerque Zandomeneco **Integração - Interior** Marcelo Pimentel Bertasso **Jurídico** Antonio Mansano Neto **Direitos Humanos** Sérgio Luiz Kreuz **Memória e Arquivo** Chloris Elaine Justen de Oliveira **Mútua** Themis Almeida Furquim **Obras - Diretor** Fernando Ferreira de Moraes **Obras - Vice-Diretor** Luiz Carlos Bellinetti **Ouvidoria** Suzana Massako Hirma Loretto de Oliveira **Patrimônio** Marco Vinicius Schiebel **Pensionistas** Marília de Oliveira Viel **Planejamento Estratégico** Wellington Emanuel Coimbra de Moura **Sersocial - Diretor** Joel Pugsley **Sersocial - Membros** José Luiz Dosciatti, Gilberto Ferreira, Raul Luiz Gutmann, André Carias de Araújo **Social - Diretora** Beatriz Fruet de Moraes **Vice-Diretora** Ana Paula Kaled Accioly Rodrigues da Costa **Vice-Diretora** Andrea Fabiane Groth Busato **Tênis - Diretor** Wilson José de Freitas Junior **Tênis - Diretor** André Carias de Araújo **SEDES Colombo - Diretor** José Luiz Dosciatti **Foz do Iguaçu - Diretor** Geraldo Dutra de Andrade Neto **Foz do Iguaçu - Vice-Diretor** Wendel Fernando Brunieri **Guaratuba - Diretor** João Maria de Jesus Campos Araújo **Guaratuba - Vice-Diretor** Marcos Antonio da Cunha Araújo **Maringá - Diretor** Antonio Mansano Neto **Maringá - Vice-Diretor** José Camacho Santos **Pilarzinho - Diretor** Leomir Binhara de Mello **Pilarzinho - Vice-Diretor** Romero Tadeu Machado **Piraquara - Diretor** Nelson França Pereira **Piraquara - Vice-Diretor** Davi Pinto de Almeida **Ponta Grossa - Diretor** Noeli Salete Tavares Reback **Ponta Grossa - Vice-Diretor** Heloisa da Silva Krol **Conselho Fiscal - Presidente** Jederson Suzin **Membros** Jeane Carla Furlan, Giovanna Rechia de Sá, Jurema Carolina da Silveira Gomes, Marcel Ferreira dos Santos, Marcos Antônio de Souza Lima, Ricardo Henrique Ferreira Jentzsch, Ricardo Luiz Gorla, Walter Ligeiri Junior **Suplentes** Beatriz Fruet de Moraes, Branca Bernardi, Fabrício Voltaré, Juliano Albino Mânica, Marcelo Quentin **Comissão Prerrogativas - Presidente** Carlos Eduardo Mattioli Kockanny **Membros da Comissão** Carlos Henrique Licheski Klein, Alexandre Gomes Gonçalves, Osvaldo Soares Neto, Ariel Nicolai Cesa Dias.



Esta é a primeira edição da revista de nossa entidade de classe nesta gestão. Foram tantas coisas que aconteceram nestes primeiros dias, e com tanta intensidade, que a nós parece que estamos aqui há muito tempo. A atividade foi tão visceral e vivida com tanta dedicação, que o tempo chegou a ser relativizado, como no nascimento das amizades verdadeiras – você acaba de conhecer a pessoa, mas depois da primeira hora parece que a convivência é de meses, anos.

O compromisso com um projeto plural, coletivo, com participação de toda a magistratura, jamais será negligenciado. A associação será sempre movida pelos anseios da maioria de seus membros. Não nos envergonharemos nunca da nossa condição de magistrado, de nossos direitos e prerrogativas – e lutaremos, de forma inteligente, organizada, por cada um deles.

A magistratura paranaense deve estar no seu lugar de direito, de protagonista nos acontecimentos mais importantes que envolvem a classe no cenário nacional.

Com este propósito e acreditando na democratização do Judiciário como o caminho para a resolução de uma série de problemas de gestão, é que estamos trabalhando ativamente nas eleições diretas. Não faz qualquer sentido apenas uma parcela da magistratura escolher a administração do Judiciário – quando todos exercem idêntica função, de distribuir Justiça.

A existência de remuneração compatível com a importância da função é outra preocupação constante da diretoria. O auxílio moradia, que há pouco tempo era um sonho distante, agora está muito próximo de se tornar realidade. O cenário inicial completamente adverso foi modificado. Isto, inclusive, é que o associado pode esperar de sua entidade de classe: política associativa realizada com responsabilidade, respeito e eficácia, capaz de levá-lo às mais diversas conquistas.

O ATS (VTM), por sua vez, tem um caminho mais longo a ser percorrido – mas a AMAPAR tem se empenhado em sua aprovação e esperança que se concretize ainda este ano, não obstante as dificuldades decorrentes de eleições, Copa do Mundo. É indispensável para a reestruturação da carreira da magistratura, que tem características próprias. Atinge a todos, magistrados ativos, inativos e pensionistas.

Queremos uma magistratura cada vez mais forte e unida. É evidente que, individualmente, em termos institucionais, não é possível se conseguir nenhum avanço. Com este pensamento é que a diretoria fez questão de receber os novos juizes e conseguiu falar aos seus corações. O resultado não poderia ser melhor: adesão maciça aos nossos quadros. E renovados, entusiasmados, é que daremos início a uma campanha para trazer de volta à AMAPAR aqueles que, por motivos diversos, deixaram os nossos quadros ou, ainda, sequer chegaram a se associar. Serão recebidos como o filho que retorna depois da longa ausência, de braços abertos e com muito afeto.

Quanto às questões mais cotidianas, na vida da AMAPAR, neste início, cumpre destacar: a) desligamento de alguns colaboradores visando economizar recursos; b) contingenciamento na realização de pequenos eventos para evitar despesas; c) continuidade da obra da nova sede que está próxima de seu término; d) pagamento e renegociação de algumas pendências financeiras; e) ampliação nos serviços de assessoria jurídica aos associados e a própria entidade; f) estudos para ampliação dos cursos da EMAP, inclusive sob novos formatos, e aumento de arrecadação; g) antecipação da campanha de vacinação de associados e familiares; h) contatos e estudos visando a ampliação dos serviços da JUDICEMED em hospitais de referência fora do Paraná; i) construção ou fortalecimento de laços com entidades congêneres para atuação conjunta em pauta comum; j) elaboração de cursos, pelo Departamento Cultural e EMAP, todos com conteúdo acadêmico, para oferta aos associados; k) realização de eventos esportivos como o recente campeonato paranaense de futebol, tênis e truco e os já programados campeonatos da região sul de tênis e futebol – que serão realizados em Curitiba; l) elaboração de curso avançado de tiro para associados com conhecimentos básicos no manuseio de armas de fogo, e curso básico para iniciantes, ambos com exame, ao final, para aquisição de arma de fogo e renovação de registro.

Solidariedade significa se preocupar com outra pessoa e tentar ajudar, em uma definição bastante simples. A diretoria da AMAPAR tem consciência dos problemas que afligem a magistratura paranaense e tem pessoas com plena capacidade de ajudar a resolvê-los, desde as questões pontuais mais simples até aquelas travadas no âmbito da alta política institucional. O afeto, a preocupação, o exercício da empatia, sempre estarão presentes nas relações entre a AMAPAR e seus associados. A busca incessante da felicidade e do bem estar da magistratura – e de seus familiares – será uma constante nestes dois anos. Conte conosco.

Um forte abraço,

Frederico Mendes Júnior

Presidente da Associação dos Magistrados do Paraná
juizfredericomendesjr@ig.com.br



Projeto teve 41 votos favoráveis e apenas 8 contrários

Auxílio-moradia, **SIM!**

Amapar atua no front em torno da aprovação do projeto de lei nº 801/2013, que institui o benefício previsto na LOMAN

O primeiro bimestre de atuação da nova diretoria da Associação dos Magistrados do Paraná (AMAPAR), que iniciou os trabalhos no dia 1º de fevereiro, foi marcado por debates, tratativas e esforço concentrado para que a Assembleia Legislativa do Paraná (Alep) aprovasse, por ampla maioria de votos, a instituição do auxílio-moradia para a magistratura paranaense.

A sessão do dia 25 de fevereiro, na Casa de Leis, pode ser considerada histórica para a AMAPAR. Com a presença de cerca de 40 magistrados na tribuna da Assembleia, os deputados estaduais aprovaram a implementação do Projeto de Lei nº 801/2013, de autoria do presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, desembargador Guilherme Luiz Gomes.

Após intensa participação política da AMAPAR e da magistratura paraense, o projeto finalmente foi sancionado pelo Governo do Estado e publicado no Diário Executivo no dia 11 de março. Agora, cabe ao Tribunal de Justiça do Paraná estudar a regulamentação para a concessão do auxílio.

Remuneração digna e compatível - Na última votação, em regime de comissão geral, 40 parlamentares inclinaram de forma favorável ao auxílio, sendo apenas oito votos contrários, tendo a bancada do PT como opositora principal. "Temos de decidir a magistratura que queremos ter. Quem você quer que decida sobre a sua liberdade, a sua família, o seu patrimônio. Queremos um Poder Judiciário forte. E isso só se constrói com estrutura de trabalho adequada e remuneração compatível", afirmou Frederico Mendes Júnior, presidente da Amapar, ao comentar na imprensa sobre a legalidade do auxílio.

Durante a mesma sessão, ao defender o pagamento do benefício para magistrados paraenses, o parlamentar Ney Leprevost (PSD) subiu à tribuna da Casa de Leis e fez pronunciamento. O deputado salientou que o auxílio vem para fortalecer o Poder Judiciário. "Temos que ter remuneração digna aos homens que exercem funções de alta responsabilidade, remunerações dignas que inclusive os incentivem a serem independentes, neutros como devem ser os bons juízes", afirmou Leprevost.

Tratativas – O primeiro passo para a vitória da magistratura esteve no acompanhamento, por parte da AMAPAR, das reuniões da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na Assembleia. A primeira sessão teve inclinação favorável por parte dos parlamentares para a aprovação do auxílio. O projeto teve a relatoria do deputado Alexandre Cury (PMDB) que, mesmo com o pedido de vista formulado por Tadeu Veneri (PT), sinalizou que o auxílio não viola questões de aumento da despesa do estado, pois os valores estão devidos dentro do próprio orçamento do Poder Judiciário paraense.

Outro deputado favorável ao projeto de lei foi o pemedebista Nereu Moura. O parlamentar frisou que o Judiciário do Paraná sofreu profundas mudanças a partir de 2011 - sob a

presidência do desembargador Miguel Kfoury Neto - e que o projeto do auxílio-moradia reflete, também, na modernização do TJ-PR, com a criação de novas varas, elevação de entrância nas comarcas do interior, além da efetivação do plano de cargos e salários para servidores. "Nós, dessa casa, aprovamos o aumento do repasse de recursos para que o Poder Judiciário pudesse avançar do jeito que avançou. Esse projeto de lei oferece condições adequadas para que os juízes possam cumprir o seu papel constitucional. Acho justo o pedido", disse Moura. Nelson Justus (DEM), presidente da CCJ, também se demonstrou favorável ao benefício dos magistrados.

Ao voltarem as discussões acerca da constitucionalidade do auxílio-moradia, em sessão do dia 18 de fevereiro, o projeto passou com 8 votos a 3. Ambas as reuniões da CCJ foram acompanhadas in loco pela diretoria da Amapar.

Na imprensa – Ao conceder entrevistas para os diversos órgãos de imprensa que repercutiram de forma ampla as tratativas em torno do projeto, o presidente da Amapar, Frederico Mendes Júnior, destacou a legalidade do auxílio, além de afirmar que 13 estados e todos os tribunais superiores pagam o benefício.

O mandatário da Amapar também comentou ponto recorrente, que trata da valorização profissional do magistrado, como ele destacou, profissional de alta qualificação. "A renda da magistratura não é ruim. Mas esse é um direito e prerrogativa

da lei federal, pago em metade dos estados da federação e em todos os tribunais superiores. Não acho isso injusto. Se você pegar profissionais do mesmo nível, a remuneração é igual ou superior", ressaltou ao ser questionado pela Gazeta do Povo.

Mendes Júnior também fez questão de afirmar que o projeto de lei paraense não se trata de uma inovação em torno das prerrogativas da categoria. "Estamos correndo atrás de outras categorias que têm o adicional por tempo de serviço. Magistrado também não recebe hora extra, embora fique 24 horas por dia à disposição. Não temos viatura especial. Acho que nosso benefício é previsto em lei e está em sintonia com o momento atual que vivemos", explicou.

"Queremos um Poder Judiciário forte. E isso só se constrói com estrutura de trabalho adequada e remuneração compatível", afirmou Frederico Mendes Júnior, presidente da Amapar, sobre a aprovação do auxílio-moradia .



Diretoria da AMAPAR marcou presença na sessão que aprovou o auxílio-moradia



APLICABILIDADE

- Com a aprovação do projeto de Lei nº 801/2013, a redação do artigo 82 da Lei Estadual nº 14.277 (CODJ) passa a ter consonância com a LOMAN, em seu artigo nº 65, inciso II, que determina ajuda de custo para moradia, nas localidades em que não houver residência oficial à disposição do magistrado
- 13 estados pagam o auxílio aos magistrados
- STF, STJ, TST e até o CNJ pagam o auxílio

Veja como votou cada deputado

A favor – 41

Ademar Traiano (PSDB), Ademir Bier (PMDB), Alceu Maron (PSDB), Alexandre Curi (PMDB), André Bueno (PDT), Anibelli Neto (PMDB), Artagão Jr. (PMDB), Bernardo Ribas Carli (PSDB), Caíto Quintana (PMDB), Cantora Mara Lima (PSDB), Cleiton Kielse (PMDB), Douglas Fabrício (PPS), Dr. Batista (PMN), Duílio Genari (PP), Elio Rusch (DEM), Evandro Jr. (PSDB), Fernando Scanavaca (PDT), Francisco Bühler (PSDB), Gilberto Martin (PMDB), Gilson de Souza (PSC), Jonas Guimarães (PMDB), Luiz Accorsi (PSDB), Luiz Carlos Martins (PSD), Marla Tureck (PSD), Nelson Garcia (PSDB), Nelson Justus (DEM), Nelson Luersen (PDT), Nereu Moura (PMDB), Ney Leprevost (PSD), Osmar Bertoldi (DEM), Paranhos (PSC), Pedro Lupion (DEM), Plauto Miró (DEM), Rasca Rodrigues (PV), Roberto Aciolli (PV), Rose Litro (PSDB), Stephanes Jr. (PMDB), Teruo Kato (PMDB), Toninho Wandscheer (PT), Waldyr Pugliesi (PMDB) e Wilson Quinteiro (PSB).

Contra – 8

Elton Welter (PT), Gilberto Ribeiro (PSB), Luciana Rafagnin (PT), Pastor Edson Praczyk (PRB), Péricles de Mello (PT), Professor Lemos (PT), Tadeu Veneri (PT) e Tercílio Turini (PPS).

Não votaram – 4

Adelino Ribeiro (PSL), Enio Verri (PT), Hermas Jr. (PSB) e Mauro Moraes (PSDB).



Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) confirmou a constitucionalidade do projeto que visa conceder o benefício aos magistrados do Paraná.



Magistratura luta para resgatar a valorização do tempo de carreira

VTM em pauta

Mesmo com o calendário que será provavelmente reduzido nas casas legislativas federais, devido à Copa do Mundo e Eleições, uma das pautas que merecem atenção especial da magistratura nacional e das associações que representam juízes e desembargadores está voltada ao Adicional por Tempo de Serviço (ATS), ou, agora renomeada como a proposta de Valorização por Tempo de Magistratura (VTM).

A concentração especial está voltada à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 63 /2013 com respectivos, que institui parcela indenizatória de valorização por tempo de serviço na magistratura e no Ministério Público, conhecido como VTM. Com a proposta ocorre o acréscimo de 5% sobre os subsídios a cada cinco anos de exercício efetivo.

Durante reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), no dia 26 de março, o presidente da comissão e relator da proposta, senador Vital do Rêgo (PMDB/PB), apresentou relatório favorável à aprovação da proposta que institui a Valorização do Tempo de Magistratura (VTM). A PEC também atinge aposentados e pensionistas. Para Vital, “é inegável a necessidade da criação de mecanismos que permitam devolver a atratividade das carreiras da magistratura e do Ministério Público e, também, enfatizar a sua posição institucional peculiar”.

Para Frederico Mendes Júnior, presidente da AMAPAR, o VTM traz de volta Justiça para toda a magistratura. “Apenas magistrados, ativos e inativos, juntamente com membros do MP é que estão excluídos. Todo o resto do funcionalismo já recebe. Além do mais, o conjunto de pessoas alcançadas pelo benefício é

pequeno comparado, por exemplo, com a completa reposição inflacionária, o que o torna mais palatável”, explica.

PEC 63/2013 - A Proposta de Emenda à Constituição nº 63 de 2013 institui a Valorização do Tempo de exercício na Magistratura (VTM) e prevê que os integrantes do Ministério Público e da magistratura da União, dos estados e do Distrito Federal terão direito a uma parcela mensal relativa ao tempo efetivo de exercício da carreira. O que equivalerá a 5% do subsídio do respectivo cargo a cada quinquênio, até o máximo de sete. A PEC estabelece ainda que, para fins do cálculo do direito, fica assegurada, aos que ingressarem na magistratura e no Ministério Público, a contagem de tempo de exercício anterior em carreiras jurídicas bem como na advocacia.

Juízes não possuem

- ✗ Progressão funcional horizontal
- ✗ Horas extras
- ✗ Plano de cargos e salários



Ensaio sobre um homem de bem As lições do coração de Gilberto Ferreira

Um homem de bem, preocupado com o social, humilde e de papo agradável. Gilberto Ferreira, empossado desembargador no final do ano passado, acredita que o relacionamento com a comunidade em que o juiz atua é de extrema importância para que ele tenha apoio no desenvolvimento do trabalho. Gilberto gosta das coisas simples, mas que enobrecem o espírito.

Escrever e ler, principalmente as obras de José Saramago, pessoa que o magistrado admira. Também joga futebol e cultiva amizades por onde passa. Formado em Direito no ano de 1979, na Universidade Federal do Paraná, advogou por cinco anos e depois passou no concurso para juiz no Paraná, em 1984. Trabalhou na corregedoria, dirigiu a Escola da Magistratura do Paraná e a AMAPAR. Uma pena o espaço ser limitado para as conversas com Gilberto. Confira algumas de suas histórias e reflexões.

O senhor sempre manteve bom relacionamento com a população das comarcas em que atuou. Para o senhor, qual conduta o juiz deve desempenhar, principalmente em pequenas comunidades, onde o contato com o jurisdicionado sempre é mais próximo?

No interior, em todos os eventos da comunidade eu procurava ir. Desde um convite de alguma diretora de colégio, de pastor, padre, ou prefeito, quem quer que seja. Eu era visto, sempre, como um membro da comunidade, nunca como um estranho que ali chegava. Vou te dar um exemplo. Em São Jerônimo da Serra, comarca em que atuei, tivemos que intervir em uma família, onde duas crianças passavam por situação crítica. Ouvi o conselho da comunidade e decidi que essas crianças deveriam ir para outra família, pois estavam numa situação muito preocupante e acabariam morrendo. Verifiquei com esse fato que, naquela comunidade, as pessoas precisavam de uma creche. Com uma

creche, onde as crianças seriam alimentadas, talvez não teriam ocorrido os problemas que ocorreram com aquelas crianças. Para criar essa creche desenvolvemos muitas atividades. Organizamos um jogo de futebol e convidamos a Platinense (time de Santo Antônio da Platina que conquistou notoriedade na década de 1980) para jogar com uma seleção da região. Na preliminar era um time formado por juizes e alguns jogadores do Matsubara (time que atuou no futebol paranaense nas décadas de 1980 e 1990) e o time de São Jerônimo da Serra. Decidimos cobrar ingresso, para angariar fundos que foram destinados à creche. A comunidade ficou preocupada, pois o campo não tinha sequer muro. Colocamos uma mesa e todas as pessoas pagaram ingresso para assistir ao jogo. Então, fizemos a creche, com a doação de um terreno por intermédio do padre Sasaki, que até hoje está na região. Dou esse exemplo para dizer que, quando o juiz tem bastante contato e vive os dramas da comunidade, ele terá apoio.

Falando um pouco do trabalho em torno dos processos. O senhor atuou por um longo período no primeiro grau, quase 30 anos. Agora, ao decidir de forma colegiada causou um estranhamento?

As regras mudam porque, infelizmente, nós temos um sistema no Brasil em que a decisão é baseada na repetição de julgados. O STJ adota uma decisão e de baixo para cima temos que seguir esta decisão. Por um lado é bom, pois traz economia. Mas, por outro lado, é muito ruim, pois engessa a magistratura. Não é muito democrático que essas decisões sejam impostas dessa maneira. Seria necessário um amplo debate sobre determinada matéria para que depois ocorresse um consenso. Deveria ser o contrário, onde o consenso deveria ser estabelecido pelos juízes, não como é agora, aonde eles [ministros do STJ] chegam a um consenso.

O senhor comandou a AMAPAR, ao lado da diretoria, entre os anos de 2004 e 2005. Na biografia do senhor, qual o significado de ter presidido a entidade? Como era o relacionamento com a cúpula do Tribunal de Justiça do Paraná?

Eu sempre tive bom relacionamento com o Tribunal. Todos os requerimentos apresentados foram aprovados. Quando assumimos a AMAPAR, nós tínhamos muitas dificuldades com a JUDICEMED. Nossa administração tomou algumas medidas, como estabelecer um convênio com a Unimed, onde juízes do interior passaram a ser melhor atendidos. Também foi criado o conselho gestor da JUDICEMED, pois ela não poderia ser controlada apenas por uma pessoa. Naquela gestão criamos a figura do administrador da Judicemed, que era o dr. Wilmar Machiavelli, pessoa muito competente. Adotamos medidas muito proficuas, que resultaram num aumento que dobrou o caixa da JUDICEMED. Também criamos o SerSocial, que começou como uma escolinha de futebol e, graças ao empenho dos presidentes que me sucederam e também dos colegas que atuam na diretoria, como o colega Joel Pugsley, o projeto colhe seus frutos. Também criamos o programa de rádio (Justiça para Todos) que presta grande serviço à comunidade e que está até hoje no ar. Também transformamos a Novos Rumos em uma revista, que antes era um jornal.

O senhor sempre manifestou gosto especial por literatura, poesia e é um craque em trovas. Como nasceu a predileção pela escrita?

Sempre gostei de escrever. Na faculdade escrevi no jornal Folha Acadêmica. Escrevia textos e tínhamos dificuldades para manifestar nossas ideias, pois estávamos vivendo a época da ditadura. Entrei na faculdade em 1974. Procurava fazer minhas críticas, algo que nunca deixei de fazer, sempre contando alguma história. Quando morei na Casa do Estudante também escrevia crônicas. Agora, sobre as trovas, em São Jerônimo da Serra sempre recebia a visita de um advogado aposentado, o doutor Adalberto Dutra Resende. Ele me visitava todas as manhãs. Pessoa muito

agradável e culta. Foi ele quem me falou sobre trovas. Depois soube que ele era um dos maiores trovadores do país. Com ele passei a aprender sobre as regras das trovas, toda a técnica em torno da metrificação.

O senhor nasceu em Quatiguá e depois morou em Curiúva, antes de estudar em Curitiba e exercer a magistratura. A simplicidade é uma de suas marcas. Aposentando, pretende regressar ao interior?

O futuro a Deus pertence e sempre vi a vida como um grande jogo de xadrez, onde cada peça movida gera grandes consequências. Não podemos fazer previsões, pois não sabemos quais peças serão mexidas e o que acontecerá adiante. Mas, quando eu me aposentar pretendo continuar escrevendo e dando aulas, pois gosto muito de dar aula. Aos meus alunos, além da matéria em si, sempre procuro contar alguma história, passar alguma lição de vida. Sempre deveremos ter orgulho de sermos úteis aos familiares, aos amigos. As ações que desempenhamos é que crescem em nossas vidas e que têm um significado espiritual importante para as pessoas. Não podemos, nunca, nos envaidecer.

O senhor gosta muito de futebol e teve papel importante na organização do futebol em torno da magistratura...

Verificava que, quando ia aos eventos, a magistratura não se conhecia. Por meio do futebol procurei unir os colegas, ao lado do amigo Ariovaldo. Criamos o primeiro campeonato de futebol no Paraná, em 1986. Depois unimos o pessoal de outros Estados, como Rio Grande do Sul, no campeonato sul-brasileiro. Convidamos os magistrados de São Paulo e também o Rio de Janeiro. Depois, quando o desembargador Xavierzinho assumiu a AMB, ele criou o departamento de futebol e nomeou o colega Márcio Mendes, ambos de saudosa memória. Assim nasceu o futebol da magistratura. O Ministério Público e OAB, inspirados na nossa iniciativa, também criaram campeonatos. Na sequência, tivemos o surgimento de campeonatos de tênis e os Jogos da Magistratura.

Quais são as pessoas que inspiram o senhor?

Pergunta bastante difícil, mas, na literatura, com certeza, é José Saramago. Pessoa muito além do nosso tempo. Homem gigantesco. Eu li praticamente todas as obras dele e não li apenas as que não tive acesso. Uma pessoa que me deu muitas lições de vida foi o Saramago. O Ensaio sobre a Cegueira mostra que todos nós estamos cegos, que o mundo está caminhando para o absurdo. O mundo deveria ser mais social. Devemos encontrar um meio termo, como lembrou o Papa João Paulo II, respeitando as diferenças onde as pessoas pudessem viver dignamente. A felicidade deve ser coletiva e a fórmula está em dar oportunidade às pessoas, para que não se permita que um fique muito acima do outro.



31 novos juízes

Resolução revogada

Ao analisarem os pedidos de movimentação na carreira, na sessão do dia 10 de março, os desembargadores que atuam no Órgão Especial revogaram, por maioria de votos, a resolução nº 7/2011 que determinava prazo para desistência dos pedidos de movimentação na carreira da magistratura. De acordo com a resolução revogada, os pedidos de desistência só eram admitidos quando apresentados até cinco dias úteis antes da data que antecedia as sessões do Pleno ou do Órgão Especial. Durante os debates do colegiado também foram lembrados dois casos do Paraná que chegaram ao CNJ.

Todos os primeiros empossados se tornaram associados da AMAPAR

O Tribunal de Justiça do Paraná realizou no dia 26 de março uma prestigiada solenidade para empossar os 31 primeiros colocados no concurso para ingresso na magistratura paranaense. O importante ato que marcou o início da carreira dos novos julgadores foi conduzido pelo presidente do TJ, desembargador Guilherme Luiz Gomes. Também participaram da posse demais membros da cúpula diretiva, desembargadores, juízes, membros do MP, advogados, familiares e amigos.

Antes dos discursos, um momento de grande tradição chamou a atenção de todos. O presidente da AMAPAR, Frederico Mendes Júnior, entregou as togas, uma a uma, aos familiares e amigos que as vestiram, com orgulho, em suas filhas, filhos, esposas, esposos, companheiras e companheiros, enfim, nos 31 protagonistas da tarde festiva. Em nome dos demais colegas falou Júlio Cesar Tanga, que fez um discurso reflexivo, acerca do significado e busca da Justiça. Citou Camões, ao fazer alusão à abstrata definição do que representa e significa o amor para o homem, para explicar como é profundo o ato de dizer o Direito, ou de fazer Justiça.

O desembargador Guido Dobeli, presidente da comissão do concurso iniciado em 2013, falou emocionado da satisfação acerca da convivência, durante o certame, com os novos colegas. Também falou no ato o desembargador Lauro Augusto Fabrício de Melo, que atua no cargo de corregedor-geral de Justiça. Desejou sucesso aos novos juízes e destacou que todos devem estar integrados às comunidades em que atuarem, mas sempre preservar os princípios constitucionais. Para finalizar a solenidade, o presidente do TJ, desembargador Guilherme Gomes, fez um agradecimento especial ao nominar todos os profissionais que trabalharam para o sucesso do concurso - magistrados e advogados que participaram da banca examinadora e servidores do TJ. Recomendou aos magistrados para que sempre observem o princípio da dignidade da pessoa humana. "Para que, ao final, depois de terem cumprido a missão na carreira da magistratura do estado do Paraná, ao lado de esposa, filhos e netos, quando lhes forem perguntado, 'o que fizeram em suas vidas?', vocês poderão responder, 'nós fizemos Justiça ao povo paranaense'", afirmou o mandatário do TJ, que finalizou a solenidade ao pedir uma salva de palmas aos novos juízes.

Gabinete do Juiz

Reunida no mês de fevereiro com o desembargador Guilherme Luiz Gomes, presidente do TJ, a diretoria da Amapar apresentou requerimento que visa, justamente, a melhoria da estrutura de gabinete para os juízes de 1º Grau. Como explica o requerimento, a Amapar pleiteia a implementação da Lei Estadual nº 17.528/2013, de forma a aprimorar a prestação jurisdicional, com a estruturação do Gabinete do Juízo. “A referida legislação atende reivindicação histórica dos juízes, de contar com assessoria minimamente adequada aos exercícios das importantes funções dos magistrados”, salienta o ofício assinado pelo presidente da associação, Frederico Mendes Junior.

Conforme aponta a Amapar, nas comarcas de entrância inicial e intermediária o gabinete deveria ter como composição mínima um servidor do quadro, um servidor comissionado e dois estagiários de Direito. Nas comarcas de entrância final, além da estrutura prevista na inicial e intermediária, há a previsão de outro cargo em comissão. A Amapar enfatiza no requerimento que a medida vem ao encontro das recentes orientações do Conselho Nacional de Justiça e é necessária para cumprimento das metas de julgamento definidas pelo referido Conselho. A entidade representativa da magistratura ressalta que o concurso para possibilitar tais nomeações expirará nos próximos meses, razão da urgência na providência requerida.



Pautas Comuns

Com objetivo de ampliar o diálogo com profissionais que atuam no Poder Judiciário e demais órgãos da sociedade civil, a nova diretoria da Amapar tem realizado visitas institucionais para tratar de pautas comuns, em torno de prerrogativas e direitos. No mês de fevereiro e março, os dirigentes da Amapar estiveram reunidos com representantes da Associação do Ministério Público, da Associação Paranaense dos Juízes Federais e com os servidores que representam o Sindijus-PR. “Temos pautas em conjunto e queremos a aproximação dos servidores para tratar de todos os assuntos que dizem respeito às duas classes”, afirmou Frederico Mendes Júnior, presidente da Amapar, ao visitar a entidade representativa dos servidores do TJ-PR. Segundo informaram os diretores do Sindijus, a reunião deve ser destacada, e sempre lembrada, pois foi a primeira na história com a participação dos magistrados que atuam na direção da Amapar.

Diretoria da AMAPAR em reunião com membros do Ministério Público





Sem vaidades

Frederico Mendes Júnior fala com exclusividade à Gazeta do Povo

Primeiro magistrado do interior do estado eleito para representar os magistrados do Paraná, o juiz da 1ª Vara da Fazenda Pública de Maringá, Frederico Mendes Júnior, pretende trabalhar pela felicidade dos colegas de profissão. Na opinião dele, são os juízes do primeiro grau de jurisdição que estão na linha de frente e que podem colaborar com uma distribuição de investimentos mais justa e certa. Mendes diz que abre mão da liturgia do cargo em troca de um trabalho jurisdicional que possa ser mais célere e de qualidade para a sociedade; e que vai gerir a associação levando em conta essa premissa.

Apoio - "Tivemos o maior número de votos na história da associação, justo na primeira vez em que um juiz do interior do estado se candidata e é eleito como representante da magistratura".

Democratização no TJ - "A Amapar entende que esse juiz que está na comarca também tem que participar da escolha da direção do Poder Judiciário. Por dois motivos: nas duas instâncias,

o trabalho é o mesmo, é o de distribuir justiça. E também porque mais acesso à administração também se refere à decisão sobre os recursos que vêm para o Judiciário".

Participação - "A associação dos magistrados recebe todos os dias inúmeras reclamações e reivindicações de juízes do Paraná inteiro. Então, nós temos condições para chegar à direção [do TJ] e dizer o que é carente em cada comarca ou em casa região".

Relação com o TJ - "A Amapar quer ser parceira do Tribunal em todas as iniciativas. O Poder Judiciário é muito heterogêneo e a associação reúne todo esse grupo. Haverá momentos em que haverá divergências no caminho ou entre os magistrados, às vezes com o próprio Tribunal. Mas o importante é que a gente quer resolver as divergências com serenidade".

Entrevista especial concedida ao caderno Justiça e Direito, Gazeta do Povo, 21/02/2014

Superlotação em Araucária

A superlotação, insalubridade e falta de estrutura das carceragens em delegacias da grande Curitiba já não é nenhuma novidade. Mas uma delas está chamando atenção pelo excesso de problemas e tirando o sono do juiz criminal Ricardo Henrique Jentsch, que está na comarca de Araucária desde abril do ano passado. Há um buraco dentro da cadeia, feito numa das últimas tentativas de fuga, com a iminência dos presos conseguirem escapar através dele facilmente, ainda mais nestes dias de calor intenso. Ninguém sinaliza consertar o problema.

De acordo com o juiz, de todas as comarcas em que passou, a cadeia de Araucária está numa situação muito pior. A insalubridade é muito grande, as instalações elétrica e hidráulica estão em péssimo estado e um túnel foi aberto no dia 8 de janeiro, numa tentativa de fuga. Das duas celas, uma foi interditada por causa do buraco e todos os presos tiveram que ser amontoados num canto só. Muito antes disto, o juiz já tinha solicitado, a diversos órgãos estaduais, a construção de uma nova cadeia para Araucária ou a reforma total da carceragem existente. Até hoje, ele não recebeu nenhum posicionamento e tenta negociar até com o prefeito da cidade verba para a reforma. "É um descaso total com a situação", reclamou.

Do site www.paranaonline.com.br

Perdas salariais

"Os baixos salários têm afastado os candidatos às vagas de juiz", afirmou o ministro **Francisco Falcão**, corregedor-geral do CNJ.



Eficiência do TJ-PR

Considerado de grande porte pelo CNJ, o Tribunal de Justiça do Paraná se destacou no julgamento de processos de homicídios dolosos. Ao apontar os tribunais que mais têm se aproximado da meta de julgar, até outubro de 2014, 80% de todos os processos penais de crimes dolosos contra a vida que tenham recebido denúncia do Ministério Público até dezembro de 2009, o Paraná, dos maiores tribunais, está na ponta. Julgou 21,9% dos processos penais em tramitação. Em número de julgamentos, o Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais (TJMG) lidera o ranking, com 635 julgamentos.

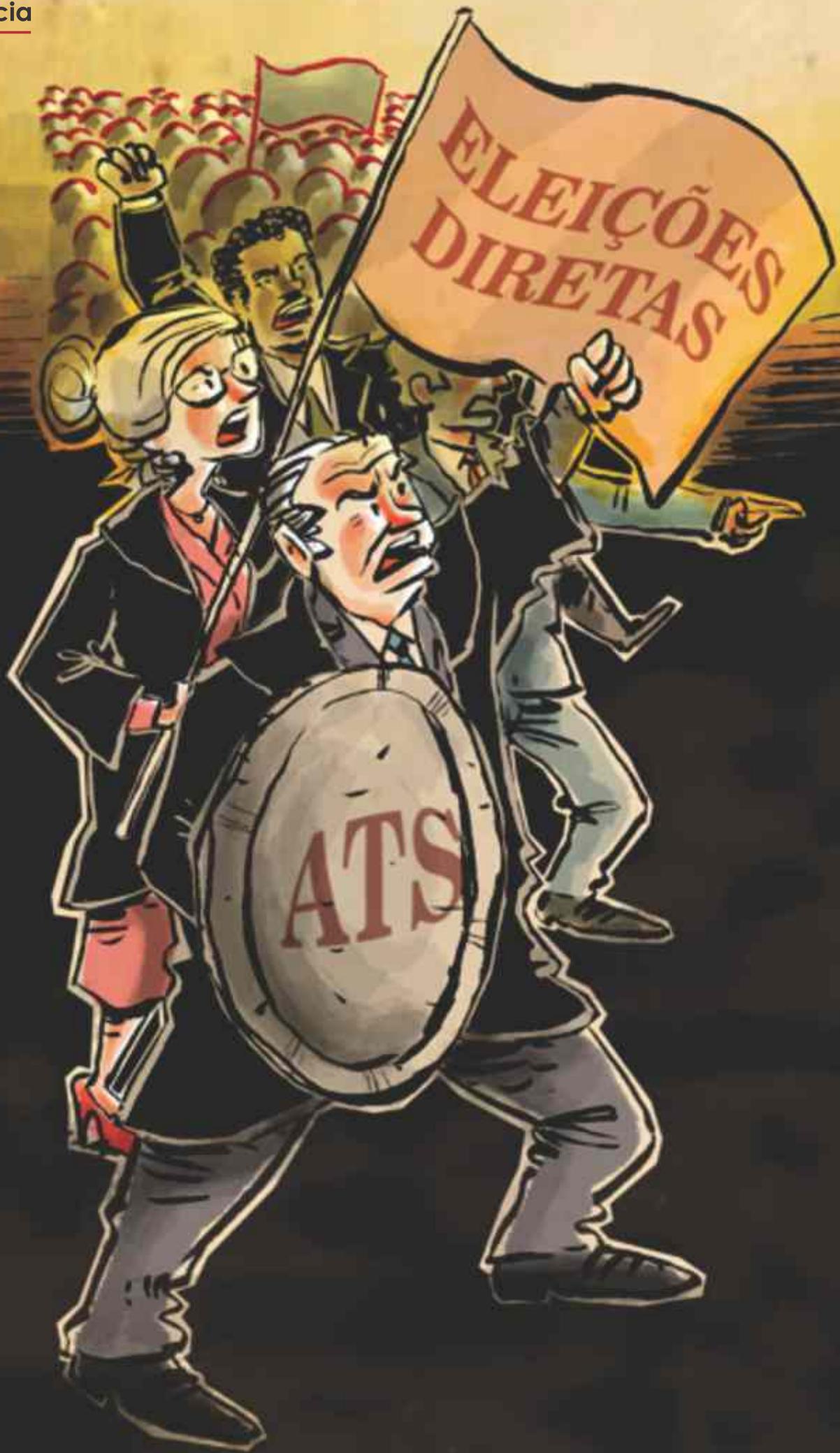
As estatísticas do desempenho dos tribunais até dezembro do ano passado estão no Processômetro da Meta de Persecução Penal, hospedado no Portal do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que monitora o cumprimento da meta no Poder Judiciário.

*Com informações da assessoria de comunicação do CNJ

AUXÍLIO-MORADIA

"É um direito e uma garantia da magistratura prevista em lei, plenamente constitucional. O Paraná não está inventando nada de novo; muito pelo contrário", argumentou **Frederico Mendes Júnior**, presidente da Amapar, ao falar ao jornal Folha de Londrina sobre a aprovação do auxílio-moradia, logo após a sessão concentrada na Assembleia Legislativa do Paraná.





Juízes querem ter voz e voto

AMAPAR apresenta requerimento para democratizar o Poder Judiciário paranaense

As últimas semanas foram agitadas nos bastidores do Poder Judiciário por conta da frente propagada pelas associações de juízes de todas as regiões do país, que pretende aumentar o número de magistrados eleitores nas eleições que definem as cúpulas diretivas dos Tribunais de Justiça. Atualmente, apenas desembargadores podem escolher os presidentes de seus respectivos Tribunais. A proposta estimulada pela AMB e demais entidades representativas de magistrados, pretende alterar as regras nas eleições e fazer com que juízes de 1º Grau também participem, como eleitores, dos processos eleitorais que escolhem presidentes e vice-presidentes das cortes.

A Associação dos Magistrados do Paraná (AMAPAR) não poderia ficar de fora dessa luta pela **Democratização dos Tribunais**, iniciativa que conta com a adesão de entidades que representam três parcelas da magistratura – estadual, federal e trabalhista. Como passo importante para que juízes passem a ter

voz e voto no Tribunal de Justiça do Paraná, a diretoria da AMAPAR apresentou no dia 31 de março um requerimento à presidência do TJ, que sugere a participação dos juízes na escolha da cúpula diretiva do TJ-PR.

Em conversa franca com o presidente do TJ do Paraná, o desembargador Guilherme Luiz Gomes, os dirigentes da AMAPAR reafirmaram que o pedido trará uma abertura democrática ao Poder Judiciário paranaense. “Não podíamos ficar de fora desse movimento. Há muita discussão para ser realizada sobre a questão, mas mantemos a esperança. Acreditamos que essa ação pode mudar as relações dentro do Judiciário, pois os ventos da democracia chegaram a todas as instituições”, disse Frederico Mendes Júnior, presidente da Associação dos Magistrados do Paraná. Como se trata de alteração do Regimento Interno do TJ, o documento da AMAPAR será analisado pelo Tribunal Pleno – com a participação dos 120 desembargadores.

“Defendo a realização de eleições diretas, em respeito à decisão de minha entidade de classe”, afirmou o presidente do TJ-PR, **Guilherme Luiz Gomes**.



“Embora respeitemos os juízes mais antigos, não conseguimos encontrar nenhuma explicação razoável para que apenas os magistrados do 2.º grau participem desse processo”, destacou o presidente da AMAPAR, Frederico Mendes Júnior.

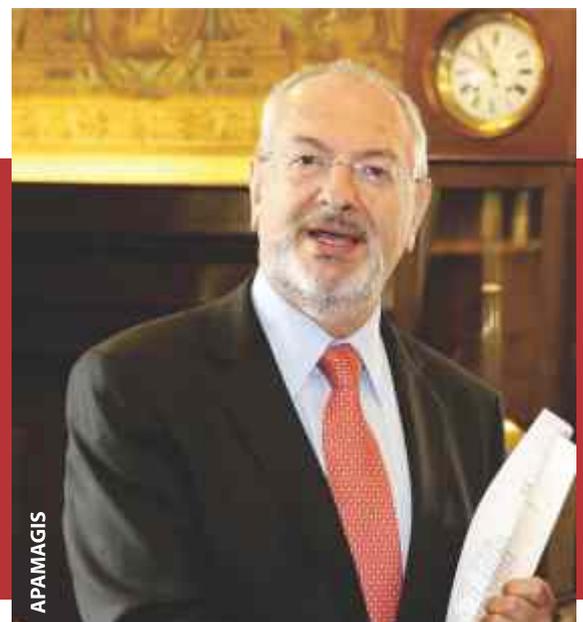
Na imprensa – Sobre a mudança nas regras das eleições nos Tribunais, a AMAPAR foi ouvida pelos principais órgãos da imprensa paranaense. Em entrevista à Folha de Londrina, o presidente Frederico Mendes Júnior disse que o processo eleitoral no TJ, hoje, poderia ter a participação de mais de 800 juízes, onde os candidatos teriam que apresentar propostas concretas e convencer o eleitorado. “Se o presidente escolhido vai gerir os recursos do Poder Judiciário, nada mais justo do que os juízes de todas as comarcas terem poder de voto. Os juízes de 1º e 2º graus desempenham a mesma função e deveriam ter o mesmo poder de escolha”, argumentou.

Ao falar à Gazeta do Povo, Mendes Júnior destacou que 95% da magistratura brasileira acredita que esse é o caminho para a democratização do Judiciário. “Embora respeitemos os juízes mais antigos, não conseguimos encontrar nenhuma explicação razoável para que apenas os magistrados do 2.º grau [de jurisdição] participem desse processo”, disse o representante da magistratura estadual.

Desembargadores apoiam – Ao ser questionado sobre a mudança nas regras, com o aumento de eleitores, o presidente da corte paranaense, Guilherme Gomes, defendeu a realização de eleições diretas, tendo também o voto dos representantes do 1º Grau. “Na qualidade de ex-presidente da AMAPAR, defendo a realização de eleições diretas, em respeito à decisão de minha entidade de classe”, afirmou o desembargador, em entrevista concedida à Novos Rumos, no final do ano passado (edição nº 183). Presidente do Tribunal de Justiça de São Paulo, o desembargador José Renato Nalini também trata da ideia de democratizar o Judiciário com simpatia. “Com toda a isenção, sou muito simpático à ideia”, disse, ao receber requerimento da APAMAGIS.

Por todo o país – No dia 31 de março – data que também marca os 50 anos do Golpe Militar no Brasil -, mais de 30 requerimentos de associações em todas as regiões do país reivindicaram o direito dos magistrados de 1º grau participarem das eleições nos tribunais. Algumas associações foram além e apresentaram pedido para que juízes da primeira instância também sejam candidatos a cargos nas cúpulas das cortes, como acontece no Ministério Público.

“Talvez eu seja o último eleito apenas pelos meus pares”, declarou José Renato Nalini, presidente do TJ de São Paulo.



APAMAGIS



Em torno das prerrogativas

Comissão da AMAPAR analisa primeiros casos

Formada pela atual diretoria da Associação dos Magistrados do Paraná (AMAPAR), a comissão de prerrogativas realizou no dia 27 de março, na sede administrativa da entidade, a primeira reunião de trabalho para delimitar a atuação acerca de casos que afrontam a atuação jurisdicional dos associados.

O presidente da comissão, juiz Carlos Mattioli, explica que no primeiro encontro já foram atendidos casos concretos encaminhados pelos associados, com as devidas deliberações, sempre em atenção aos direitos e prerrogativas inerentes aos magistrados. “Decidimos a forma de atuação da comissão, sendo que nos próximos dias as ações serão disciplinadas, com resolução, dando amplo conhecimento aos associados quanto à necessidade do atendimento da comissão de prerrogativas”, explicou Mattioli.

Para o também membro da comissão, o magistrado Ariel Nicolai Dias, a nova pasta de trabalho surge para suprir uma lacuna no que tange ao exercício funcional dos colegas de toga. “Elogio a iniciativa da presidência da AMAPAR, pois a comissão será um órgão de fundamental importância. Queremos que os associados se sintam acolhidos quando enfrentarem violações de suas prerrogativas”, disse o magistrado.

Cinco casos - No primeiro encontro foram analisados cinco casos individuais. A comissão também deliberou pela elaboração de parecer sobre a legalidade de recente regulamentação do Conselho da Magistratura que trata da fluência do prazo de conclusão dos autos durante o período de licença. A comissão decidiu que, quando da análise dos casos individuais for constatado que a situação transcende o interesse

individual e represente violação às prerrogativas de toda a magistratura, será emitido parecer sobre a conveniência da intervenção da AMAPAR no respectivo procedimento administrativo como “amicus curie”. Tal ação será submetida à apreciação do presidente da AMAPAR.

Membros – A comissão é composta pelos magistrados Carlos Mattioli (presidente), juiz em União da Vitória; Carlos Henrique Licheski Klein, juiz substituto em 2º grau; Alexandre Gomes Gonçalves, da 13ª Vara Cível de Curitiba; Oswaldo Soares Neto, da 1ª Vara Criminal de Apucarana e Ariel Nicolai Cesa Dias, do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a mulher, Vara de Crimes contra Crianças, Adolescentes e Idosos e de Execução de Penas e Medidas Alternativa de Foz do Iguaçu.

Contatos com a comissão – Magistrados associados podem entrar em contato com a comissão pelo e-mail prerrogativas@amapar.com.br. Em breve será acrescentado ao site da AMAPAR – www.amapar.com.br – um banner exclusivo para associados acessarem. Em casos de extrema gravidade, os associados podem ligar para o telefone 41 9123 8121.

Atuação – Os juízes designados para a comissão serão responsáveis por receber denúncias de violações a prerrogativas e elaborar pareceres, em prazo razoável, nos casos que lhes forem submetidos à apreciação. Atuarão também na condução de pedidos de desagravo público aos associados e também na recepção de solicitações de emissão de nota pública realizada por associado atingido em seus direitos e prerrogativas. Todos os atos da comissão serão apresentados ao presidente da associação.



“A EMAP constitui lugar privilegiado de uma forma de busca e produção de conhecimento jurídico diferente daquilo que se produz nas universidades”

Construção do conhecimento

Francisco Cardozo de Oliveira foca na formação do juiz e prestação jurisdicional para dirigir a EMAP

Com larga experiência ao prestar auxílio às presidências que administraram o Tribunal de Justiça do Paraná nos últimos tempos, o juiz Francisco Cardozo de Oliveira topou novo desafio e agora será o grande responsável na condução da Escola da Magistratura do Paraná (EMAP). Respeitado como magistrado e professor, a prioridade durante sua passagem pela Escola estará na formação do juiz. “Cuja ênfase está na busca e na construção de conhecimentos capazes de redefinir a experiência da prestação jurisdicional, mediante um eixo que, no caso da atual gestão, está voltado para a efetividade da justiça social”, salienta.

Ao ser entrevistado pela Novos Rumos, Oliveira também comentou que a Escola pode atuar para suprir carências na prática da atividade jurisdicional. “O juiz pode confrontar a prática com os limites da teoria e reconstruir novas relações entre a lei e os fatos capazes de ampliar direitos e resgatar as promessas da Constituição da República”, explica. Confira as opiniões de Francisco Cardozo de Oliveira, o novo diretor-geral da EMAP.

A EMAP realizou recentemente uma reunião do conselho técnico para definição das atividades. Magistrados poderão ter novidades no que tange a cursos de atualização nos próximos dois anos? Como será focada a gestão da Escola?

O Conselho Técnico definiu uma estratégia condizente com o papel da Escola da Magistratura do Paraná na atualidade que deixa de ter uma preocupação restrita a atualização de conhecimentos, de certo modo já pressuposta no modelo de graduação universitária, para definir como prioritária a questão da formação do juiz, cuja ênfase está na busca e na construção de conhecimentos capazes de redefinir a experiência da prestação jurisdicional, mediante um eixo que, no caso da atual gestão, está voltado para a efetividade da justiça social. Para a consecução desse propósito, segundo o proposto pelo coordenador de cursos, Juiz Rodrigo Dalledone, e pelo supervisor pedagógico, Juiz Lourenço Chemin, os cursos de iniciação, de vitaliciamento e de aperfeiçoamento devem incluir disciplinas relacionadas ao contexto da atividade jurisdicional em torno do que poderia ser denominado de teoria da decisão judicial. O objetivo é fornecer instrumental para que o juiz possa elaborar a relação entre teoria e prática, no objetivo de alargar o acesso a direitos.

Quais são as maiores carências que o senhor sente no que tange à atualização dos magistrados? Como a Escola pode e deve contribuir no aprimoramento profissional dos julgadores?

Considerando que o juiz ingressou na carreira da

magistratura mediante concurso público, momento em que teve oportunidade de comprovar conhecimento do direito suficiente para o exercício da jurisdição, a questão das “carências” de atualização assume outro sentido; não se trata de cuidar de defasagem no conhecimento do juiz acerca do direito; trata-se antes de mais nada da “carência” que surge da prática da atividade jurisdicional, no sentido de que a **normatividade** que se inscreve na decisão judicial não é um dado, mas necessita ser elaborada por meio de uma prática que permita levar em conta que muitos direitos, em especial daqueles que no Brasil sofrem efeitos de falta de reconhecimento e de privação, não estão inscritos na positividade da lei. Esta necessidade de conhecimento específico que se objetiva por uma espécie de “carência” somente se revela no exercício da prática jurisdicional. Daí o lugar privilegiado da EMAP porque nela, diferentemente do que ocorre na universidade, o juiz pode confrontar a prática com os limites da teoria e reconstruir novas relações entre a lei e os fatos capazes de ampliar direitos e resgatar as promessas da Constituição da República. A EMAP, portanto, constitui lugar privilegiado de uma forma de busca e produção de conhecimento jurídico diferente daquilo que se produz nas universidades e nos centros de pesquisa acerca do direito, porque nela é possível pensar uma prática de aplicação do direito que envolve a experiência do próprio juiz. Eu diria, inclusive, que nessa questão as Escolas da Magistratura têm muito a contribuir com o estudo do direito, na atualidade, notadamente se levarmos em conta o atual processo de jurisprudencialização, que coloca ênfase no trabalho dos tribunais.

Mesmo com críticas ao sistema e constante aperfeiçoamento da ferramenta, o Tribunal de Justiça do Paraná tem utilizado o Projudi para a consecução da demanda processual no meio eletrônico. Agora, o CNJ começou a incentivar e utilizar outro programa, o PJe, desenvolvido, segundo o órgão, em parceria com outros tribunais e instituições. A Escola da Magistratura do Paraná, de alguma forma, pretende dar cursos aos magistrados para utilização do novo sistema? Como o senhor analisa essa nova determinação do CNJ?

A Escola da Magistratura do Paraná pode contribuir com o Tribunal de Justiça do Paraná na preparação técnica dos juízes para operar o PJe. É necessário lembrar que o TJ participa do desenvolvimento do PJe em parceria com o CNJ e, dentro desse propósito de colaboração, estabeleceu-se cronograma de implantação do novo sistema que, certamente, facilitará, ao longo do tempo, a preparação dos juízes para operá-lo.

Estamos em ano eleitoral, a Escola fará algum curso exclusivo para magistrados que trabalharão nas eleições? Se sim, como será focado?

Tradicionalmente, como ocorre em todos os anos de eleições, a Escola da Magistratura do Paraná atua em parceria com o Tribunal Regional Eleitoral - TRE na atualização e na preparação dos juízes para o processo eleitoral. Neste ano, estão programados cursos em Curitiba, Maringá e Cascavel. Nos cursos serão tratadas questões relacionadas à procedimentalidade democrática e às práticas específicas do serviço judicial eleitoral.

O senhor atuou recentemente como juiz auxiliar da presidência do Tribunal de Justiça do Paraná e ficou responsável, junto à presidência, pelas questões relacionadas ao Conselho Nacional de Justiça. Como o senhor classifica a experiência acumulada com o recente trabalho desenvolvido? O CNJ ainda é uma “pedra no sapato” dos tribunais e dos magistrados? Qual avaliação o senhor faz do Órgão, desde a sua criação?

A atuação como Juiz Auxiliar da Presidência me permitiu compreender os desafios na gestão do Tribunal de Justiça e no relacionamento com o Conselho Nacional de Justiça; a experiência é única e muito rica, principalmente no meu caso, que exerci a função em diferentes oportunidades, na gestão do Des. Troiano Neto, Des. Tadeu Costa, Des. Celso R. Macedo, Des. Miguel Kfourri Neto e Des. Clayton Camargo. Quanto à atuação do CNJ penso que o abandono da sobrevalorização de questões de disciplina e de punição de juízes, de grande apelo midiático, mas que atinge parcela insignificante de profissionais, e a busca do enfrentamento dos graves problemas de racionalização do serviço

judiciário podem contribuir para fazer dos juízes e dos tribunais parceiros comprometidos na busca de soluções comuns, em benefício da sociedade.

Uma nova safra de juízes está iniciando a carreira no Judiciário paranaense. Qual orientação - acerca de princípios e conduta - o senhor deixa aos novos colegas?

Nunca gostei dos preceitos abstratos, de corte kantiano, da deontologia tradicional da magistratura; em termos de princípios e de conduta de vida profissional a mensagem para os novos juízes é de cuidado do outro; quando cuidamos do outro melhoramos como pessoa e nos tornamos mais dignos de estar no mundo e de exercitar a jurisdição.

O senhor leciona em faculdades, certo? Como avalia a proliferação dos cursos de Direito e a dedicação dos alunos? O foco no direito e nas carreiras não está muito voltado à questão pecuniária, de segurança econômica, ficando a vocação em segundo plano?

Eu leciono direito civil na graduação e fundamentos do direito e do Estado no mestrado, ambas as atividades no Unicuritiba – Centro Universitário Curitiba, que mantém o princípio de oferecer educação de qualidade reconhecida na comunidade jurídica. A proliferação de cursos de direito, vista no contexto das deficiências do ensino fundamental e médio no Brasil, superficializa a cultura jurídica de tal modo que o bacharel encontra sérias dificuldades para instrumentalizar competências mínimas como

estruturar textos e elaborar ideias criativas. Em meio ao processo de proletarização das carreiras jurídicas, não creio que na graduação em direito a questão pecuniária ou econômica se sobreponha à busca de realização vocacional. O problema, me parece, é de outra ordem; a falta de perspectivas com a inserção profissional no mercado para inúmeros graduados pode acentuar frustrações e contribuir para retardar no tempo a emancipação de jovens e adolescentes.

Três perguntas rápidas: o senhor possui algum hobby? Qual livro está lendo? Quais juristas o senhor mais admira?

Gosto de passear de motocicleta para o que, infelizmente, não sobra muito tempo. Acabei de ler “Diário de la guerra del cerdo”, do escritor argentino Adolfo Bioy Casares; estou começando a ler “Neuromancer” do William Gibson, que é um clássico da ficção científica. Sobre os juristas, entre os clássicos coloco Pontes de Miranda; entre os que deixaram saudades Ovídio Baptista da Silva; e entre os contemporâneos Luiz Edson Fachin.

“Quando cuidamos do outro melhoramos como pessoa e nos tornamos mais dignos de estar no mundo e de exercitar a jurisdição”



Caminhão de mudança

Há muito tempo eu não via um caminhão como esse, que me fez recordar a infância. Carroceria aberta, carrega uma mudança. Fogão, armários de cozinha, um sofá vermelho desbotado. Há panos separando um móvel do outro, para não riscar. Alguns panos tremulam, imitando bandeiras amarelas, ou brancas, num pedido de paz...

Feito uma lona, um tapete velho está jogado sobre parte da mudança, como se pudesse cobri-la. Mas a carroceria baixa, de madeira, com os flancos descobertos, deixa à mostra toda a intimidade dos objetos de uso daquela família.

Um colchão reina, soberano, no topo da carga. À medida que o caminhão roda pelas ruas asfaltadas, o colchão balança, deixando ver que já está um pouco surrado, quem sabe marcado, por noites insones.

O espelho de uma penteadeira revela que ali se demorou uma mulher a arrumar-se, quem sabe embalada na esperança de um romance.

E o caminhão avança, no sol de meio-dia. Cordas enviesadas amarram os pertences, conteúdo de algumas vidas, agora representadas por aqueles utensílios que estão ali, expostos ao olhar curioso dos transeuntes.

A impressão que se tem é de que os donos da mudança pedem desculpas, à medida que o veículo passa, por enfeiar o trânsito elegante daquele bairro nobre. O caminhão vai em direção à periferia.

Perguntas ficam no ar. O que fez com que o dono dessa mudança estivesse indo para outro endereço? Será o aluguel? Terá sido despejado? Houve uma separação do casal e os bens estão sendo divididos? Em que nova vizinhança irá residir a família? Será,

ou não, bem aceita nesse novo local? Estão indo para uma casa melhor? As crianças estão deixando amigos? Existe ainda uma família ou o dono dessa mudança vai morar só?

As respostas bailam na imaginação dos passantes. O dono dessa mudança pode repetir, como Sêneca, todos os meus bens estão comigo, no sentido literal da frase, no sentido daquilo que a vida material pôde lhe ofertar. Não, evidentemente, no sentido profundo que o filósofo quis atribuir.

A mole humana pode imaginar o que quiser. Verdade é que aqueles poucos móveis registram histórias de pessoas comuns, pessoas lutadoras, pessoas que fazem planos, pessoas que acreditam.

O caminhão tem escrito no apara-barro: "Deus é fiel". E eu bendigo essa crença, essa confiança irrestrita, depositada no Pai Criador, que dá a cada um de nós conforme as nossas necessidades. Para uns, a prova é a da dificuldade financeira. Para outros, da riqueza. Para todos, é viver cada dia como se fosse o último. E fazer da vida o mais belo hino de fé e de esperança, numa ode à alegria.

Mudança, como o Ano Novo, é vida nova. Tudo o que não foi bom fica para trás e renovam-se as expectativas de que, no futuro, tudo vai dar certo.

Como disse Lessing, esperar uma alegria também é uma alegria.

Quantas lembranças, sonhos e esperanças viajam na carroceria de um caminhão de mudanças!

Noeval de Quadros, Desembargador aposentado, membro do Centro de Letras do Paraná e Diretor Cultural da AMAPAR.

Na defesa dos associados

Escritório do professor René Dotti atuará como parceiro jurídico da AMAPAR

Com o compromisso de garantir defesa irrestrita e qualificada nas mais diversas áreas jurídicas, a nova diretoria da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar) firmou uma parceria com o escritório de advocacia do célebre professor René Dotti.

O compromisso firmado pela entidade com a qualificada equipe de advogados visa defender a magistratura no exercício de suas funções como julgadores e de relevantes interesses individuais de seus associados e, eventualmente, da própria Amapar.



O COMPROMISSO DE UM HONROSO PATROCÍNIO

René Ariel Dotti

Durante os anos 60 e 70, quando exerci mandatos como conselheiro seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, participei de movimentos liderados pelo Conselho Federal que apregoavam a necessidade da restauração das liberdades públicas, dos direitos e das garantias individuais que haviam sido sacrificados pelos Atos Institucionais baixados pelos governos militares que se sucederam a partir de abril de 1964. E uma das bandeiras de luta institucional de nossa classe profissional era pela devolução dos predicamentos da magistratura, gravemente mutilados pelo regime autoritário.

Também na condição de advogado de perseguidos políticos, nos processos e julgamentos da Auditoria da 5ª Região Militar (Paraná/Santa Catarina), o mesmo itinerário espiritual em favor das liberdades de convicção e julgamento era percorrido nos textos das alegações escritas e nas sustentações orais de julgamentos.

Passaram-se os anos, mas não esmaeceram os sentimentos de respeito e admiração pela figura de esperança representada pelo magistrado perante o cidadão que ocorre ao Judiciário.

PIERO CALAMANDREI (1889-1956), em sua obra clássica

Elogio dei giudici scritto da um avvocato, destaca a confiança na Magistratura como o primeiro dever do Advogado. E numa das passagens mais eloquentes desse primeiro capítulo de seu pequeno-grande livro, o Mestre italiano nos diz que “O juiz é o direito feito homem”.

Essas reflexões vieram à minha lembrança ao agradecer a honrosa deferência-convite da Associação dos Magistrados do Paraná (AMAPAR) à minha pessoa e aos meus colegas para, na condição de advogados, promovermos a defesa dos direitos e garantias funcionais e de relevantes interesses individuais de seus associados e, eventualmente, da própria instituição.

Fundado em 1961, o nosso escritório tem como lemas essenciais a Ética e a Solidariedade, além dos compromissos ditados pelos demais princípios deontológicos que orientam a nossa profissão. Tais valores são de fundamental importância para as relações a serem estabelecidas no cotidiano de nossa parceria.

Ao agradecimento e à promessa de cumprir bem e fielmente o mandato, se reúnem os votos de bom sucesso nas gestões missionárias da Diretoria da AMAPAR no interesse da comunidade dos juizes de nosso Estado.

“Passaram-se os anos, mas não esmaeceram os sentimentos de respeito e admiração pela figura de esperança representada pelo magistrado perante o cidadão que ocorre ao Judiciário.”

René Ariel Dotti

- Professor Titular de Direito Penal
- Detentor da Medalha Mérito Legislativo Câmara dos Deputados
- Corredor dos anteprojetos que se converteram na Lei nº 7.209/84 (nova Parte Geral do Código Penal) e na Lei nº 7.210/84 (Lei de Execução Penal)
- Vice-Presidente e Membro do Comitê Científico da Associação Internacional de Direito Penal (Paris)
- Advogado



Experiência em todos os degraus

Vitor Roberto Silva comenta fatos do Judiciário, carreira e a satisfação de ter atuado na Corregedoria e na primeira Turma Recursal do TJ

Empossado no cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná, no mês de março deste ano, o magistrado Vitor Roberto Silva conversou recentemente com a revista *Novos Rumos*. Pontagrossense, discreto e de bom trato, o magistrado falou do início de sua história como juiz no Paraná, iniciada em 1990, quando tinha apenas 23 anos.

Aprovado no primeiro concurso que prestou, após ter concluído Direito na Universidade Estadual de Ponta Grossa, ele afirma, como conselho aos novos juízes, que a toga deve ser honrada com o dever de o juiz adotar uma postura ética para resolução dos problemas dos cidadãos.

Vitor também comentou da experiência adquirida ao participar da administração do TJ, quando atuou durante três anos, a partir de 2001, como juiz auxiliar da corregedoria-geral de Justiça. “Disse isso na minha posse como desembargador e repito: seria bom se todo juiz tivesse a experiência nessa atividade”, afirma. Na sua biografia também consta o trabalho desempenhado junto à primeira composição da turma recursal do TJ, nos idos de 2003. Confira a entrevista.

“Essa questão [da morosidade] merece estudo por parte da academia, de doutrinadores, dos juízes, advogados e promotores. Toda a comunidade jurídica deve se envolver, pois toda essa demora no processo não se justifica mais.”

Desembargador Vitor, para o senhor, ao longo dos anos, a carreira sofreu muitas transformações na estrutura de trabalho? Quais foram as principais dificuldades no início?

Houve uma transformação profunda, na minha ótica, até em razão da redemocratização do país. Hoje, o Poder Judiciário é fiscalizado pelo povo e mídia de forma bem mais direta. Antigamente, não havia toda essa cobertura. Há alguns questionamentos corretos, outros nem tanto, então, hoje, eu vejo que acabou aquela áurea em torno do juiz. E tem que ser assim mesmo, o juiz é uma pessoa da comunidade, do povo, e deve acompanhar a evolução. Todo mundo cobra e o juiz é um servidor público que tem seu subsídio remunerado pelos impostos, então, ele tem de prestar conta do que faz. Afinal, ele só existe em razão do jurisdicionado.

Ao atuar no 2º Grau, para o senhor, o que mudou no sentido de ter de decidir de forma colegiada?

Existe uma diferença, sim. Às vezes, você demora a se conscientizar que você não é mais o órgão julgador, mas você é uma fração de um órgão julgador. Quem julga a câmara não é você. Podemos ser vencedores e vencidos, entendeu?

E é ruim ser vencido?

Não, isso faz parte do trabalho democrático, o que é muito bom. É sinal de que o processo foi estudado por todos e que houve, realmente, um exame da questão e os pontos de vista são diferentes. Se não houver divergência, é sinal de que o julgamento coletivo acabaria sendo apenas singular, pelo relator, e os outros acompanhariam.

Falando de economia processual, o senhor acredita que as esferas recursais deveriam sofrer transformações?

O recurso está na lei, é direito da parte e deve ser admitido, desde que seguidos os requisitos previstos na lei. Mas, precisa ser feita uma reforma profunda no sistema. Talvez na efetividade, da executividade imediata da decisão de 1º grau ou na diminuição de recursos. Essa questão [da morosidade] merece

estudo, por parte da academia, de doutrinadores, dos juízes, advogados e promotores. Toda a comunidade jurídica deve se envolver, pois toda essa demora no processo não se justifica mais.

O senhor atuou como auxiliar junto à cúpula do TJ. Qual a importância para o magistrado em atuar na parte tida como administrativa no TJ?

Eu achei de muita valia - como pessoa e magistrado. Trabalhei dos 24 aos 45 apenas como juiz, apenas tinha contato esporádico com o tribunal e ficava concentrado nos processos. Agora, na corregedoria, tive a oportunidade de ver o Tribunal do lado da administração. Entender algumas coisas que muitas vezes eu não compreendia e ter conhecimento de outras questões que eu não tinha nem ciência. Disse isso na minha posse como desembargador e repito: seria bom se todo juiz tivesse a experiência nessa atividade.

Possui algum hobby? Está lendo algum livro?

Jogo futebol e torço para o Coritiba. Estou lendo “As Correções”, de Jonathan Franzen, escritor norte-americano.

Desde a época da academia, quais são os juristas que inspiram o senhor?

José Carlos Barbosa Moreira, Caio Mário, Candido Dinamarco e Luis Roberto Barroso são alguns dos juristas que eu admiro.

O senhor é casado? Tem filhos?

Sou casado, tenho duas filhas, uma de 15 e outra de 9 anos.

Tivemos recentemente o ingresso de novos juízes na carreira da magistratura paranaense. Qual o conselho o senhor deixa aos novos colegas?

O juiz deve ter uma conduta ética acima de qualquer suspeita. Deve ser discreto e tentar resolver o problema das pessoas.





Para rever amigos

Com a participação de cerca de 100 pessoas, entre magistrados, familiares e amigos, a Associação dos Magistrados do Paraná (AMAPAR) realizou no final de março, em Foz do Iguaçu, o tradicional Campeonato Paranaense de Futebol, organizado anualmente pela entidade. Paralelamente, foram disputadas competições de tênis e truco, onde o clima amistoso superou os resultados das partidas.

Como conta o presidente da AMAPAR, Frederico Mendes Júnior, o mais importante, ao organizar eventos esportivos da entidade, está na confraternização dos associados. "A possibilidade de rever amigos, conversar sobre assuntos que são comuns a todos, em ambiente tranquilo e descontraído, é algo muito difícil de ocorrer na correria do dia a dia. É sempre bom passar momentos de alegria junto a pessoas com quem se tem afinidade, a mesma forma de ver o mundo. Foi uma oportunidade, também, de integração familiar. O balanço é muito positivo", afirma.

Para o diretor de esportes da Amapar, o magistrado Davi Pinto de Almeida, a decisão de realizar três campeonatos simultâneos – futebol, tênis e truco -, foi acertada, pois mais de 50 magistrados participaram das disputas esportivas. "Os comentários dos colegas a respeito externaram a satisfação pela participação no encontro. Os momentos agradáveis que passamos certamente nos auxiliarão a enfrentar com mais disposição as dificuldades de nossa complexa atividade. Por fim, vale um registro de agradecimento pela grande recepção preparada pelos anfitriões Geraldo e Gustavo", salientou.



RESULTADOS

Campeonato de Futebol

1º Lugar: Ponta Grossa

2º Lugar: Foz do Iguaçu

3º Lugar: Curitiba

4º Lugar: Cianorte

Artilheiro: Sérgio Kreuz

Goleiro menos vazado: Sandro Martins

Truco

Campeões

Davi Pinto de Almeida e Gilberto Ferreira

Vice-campeões

Wellington Coimbra de Moura e Wellington Buquera de Moura

Tênis

Campeão (duplas)

Antônio Franco Ferreira da Costa Neto e Arthur Cazella Júnior

Vice-campeão (duplas)

Márcio Rigui Prado e Wilson José de Freitas Júnior

Campeão (simples) – Márcio Rigui Prado

Vice-campeão (simples) – Arthur Cazella Júnior

Livros para o Ser Social

O Ser Social, projeto de responsabilidade social da AMAPAR, lançou uma campanha para recolher livros que serão utilizados por crianças e adolescentes que frequentam os trabalhos desenvolvidos em Piraquara. A campanha tem como objetivo aumentar o acervo da biblioteca da garotada. Os interessados em participar da campanha podem entregar os livros na sede administrativa da AMAPAR, que fica localizada na Rua Cândido de Abreu, 830. Também haverá postos de coleta no Tribunal de Justiça (sede Mauá e Centro Cívico) e nos Fóruns de Curitiba. Serão aceitas obras literárias, periódicos, revistas e gibis. Para mais informações ligar no telefone (41) 3017-1638.



“Eu acredito muito neste grupo”

Como salientou o presidente Frederico Mendes Júnior, durante a assembleia da nova diretoria da AMAPAR, realizada em fevereiro, a confiança e decisões coletivas serão foco da atual gestão. Fred, como é conhecido pelos colegas de toga, também fez questão de ressaltar a confiança na atual diretoria. “O meu compromisso, nesses dois anos, é de que nenhuma decisão será individual. A decisão que envolva toda a magistratura do Paraná sempre haverá consulta à diretoria. O convite para participar do nosso movimento não é apenas para conquistar simpatia, mas, sim, para dividirmos responsabilidades. Eu acredito muito nesse grupo e se sei que ele pode ir muito longe e fazer muito pela magistratura do Paraná”, afirmou o magistrado.

Recepção aos aprovados



Magistrados que atuam na AMAPAR, EMAP e TJ receberam no dia 17 de março os cerca de 90 aprovados no último concurso para ingresso na magistratura estadual paranaense. “A chegada dos novos juízes é a solenidade mais bonita que existe no âmbito do Poder Judiciário”, afirma Frederico Mendes Júnior, presidente da AMAPAR, que aproveitou o encontro para esclarecer aos novos colegas de toga acerca dos fins da AMAPAR. Explicou o caráter dúplice de atuação da entidade - o lado social e de lazer, além da via tida como sindical, que foca nas prerrogativas, direitos e defesa funcional dos magistrados.

“Um grama de exemplos vale mais que uma tonelada de conselhos.”

Adágio popular

O verbo **pôr**, único verbo em –or, era, no português arcaico, **poer**, do latim **ponere**. Alguns gramáticos o classificam numa quarta conjugação.

a) Circunspecto - circunspeto
b) Circunspecção – circunspeção

Observe que todas as formas são corretas, mas as primeiras (com as sequências “ct” e “cç”) são mais usadas.

Nisto, ele entrou.
Você já observou que a palavra **nisto** pode significar então, nesse momento? Veja o exemplo acima e confira.

Você sabia que **armistício** é uma **trégua na guerra?**

Sabia também que **noa** (do lat. nona) é a hora canônica correspondente às três da tarde?

Sinecura

(lat. sine + cura = sem cuidado)
significa emprego rendoso que exige pouco trabalho.

Estro

quer dizer engenho poético, inspiração, talento.

“Preboste”
quer dizer **“preposto do soberano”.**

Lemos no jornal:

“Fazer as vias de guarda de trânsito.”

O certo é:

“Fazer as vezes... (e não “fazer as vias...”)

Ela deu à luz uma linda menina.

Nada de errado. A regência é assim mesmo: “dar à luz...” (com crase).

E não: dar a luz...

“Inês é morta.”

Essa Inês que deu origem ao provérbio, ganhou, depois de morta, de Dom Pedro (oitavo rei de Portugal) o título de rainha.

O nome dela era Inês de Castro.



O que move o ser humano na vida?

O filme japonês “O que eu mais desejo” (Kiseki – 2012) traz algumas boas sugestões a respeito. Aliás, o próprio título já se inclina nesse sentido.

O filme tem como protagonistas dois irmãos, Koichi e Ryunosuke, ainda crianças e separados pelo divórcio dos pais. Ryu mora com o pai no norte da ilha de Kyushu, no Japão. Koichi mora com a mãe e avós ao sul de Kyushu. Ocorre que as crianças não estão felizes com a separação, enquanto os pais vivem um momento de desânimo diante de sonhos desfeitos.

Nesse contexto, é anunciado que o trem bala, o famoso “shinkansen”, passará a cobrir a ilha de Kyushu inteira. O fato logo se torna uma injeção de ânimo para os habitantes locais, os quais passam a ver esperanças ressurgirem, em especial com novas possibilidades de trabalho e, com estas, a chance de realização de seus sonhos.

Entre as crianças, na escola, há o comentário de que quando dois trens balas se cruzam, vindo de direções opostas, você pode fazer um pedido que seu desejo se realizará, diante da forte energia liberada pelo encontro dos trens.

As várias crianças, então, entre as quais Koichi, passam a conversar entre si, oportunidade em que compartilham mutuamente seus sonhos. Há desejos como o de ser atriz, pintora, de correr mais rápido, de se casar com a professora, de ser tornar o “vingador mascarado” ou de ressuscitar o cachorro “bola de gude”, recentemente morto. Koichi deseja, claro, a nova união de sua família.

Não tarda e as crianças localizam o ponto no Japão onde dois trens bala se encontram, o qual não fica tão distante de onde estão. Isto é a deixa para elas organizarem uma “expedição” e partirem sozinhos à revelia dos pais e professores, porém com

apoio e auxílio de alguns idosos.

O tema do desejo não permeia apenas entre as crianças. O filme mostra os pais de Koichi e Ryunosuke, com sua capacidade de sonhar abalada. A mãe de Koichi se considera velha, por ter 31 anos, para novos trabalhos com a chegada do trem bala. O pai é um músico frustrado, com uma conduta errática e dons adormecidos.

Não obstante, há o avô de Koichi, o qual, apesar de seus 70 anos, ainda sonha em descobrir a fórmula do doce japonês “manju” e, com isso, conseguir executar uma atividade e amearhar recursos com a chegada do trem bala na região. E se empenha muito para isso.

Em meio a tudo isso, há uma cena que merece registro. É o momento em que Koichi e o avô estão no interior de uma roda gigante, e o menino se queixa das cinzas exaladas pelo vulcão Sakurajima, em plena atividade. O avô, após olhar para o vulcão, explica ao garoto que aquilo ocorre porque o vulcão está vivo e precisa liberar sua energia. Diz ele: “vida é energia. Energia precisa ser liberada.”

Essa é apenas uma das muitas metáforas que aparecem a todo momento ao longo do filme sobre sonhos, desejos, frustrações, idade e sobre a vida...

O filme, em certa medida, faz lembrar da caixa de Pandora, que, mesmo diante de inúmeros problemas e adversidades, mantém viva a esperança. Daí a máxima: “se não há esperança, não há vida” e vice-versa.

Será que as crianças conseguirão ver os trens bala se cruzarem? Será que seus desejos irão se realizar tal como sonham? Bem, isto parece não importar tanto. Afinal, como disse Guimarães Rosa: “o real não está na saída nem na chegada: ele se dispõe para a gente é no meio da travessia”.



**Evite surpresa no amanhã!
Planeje seu futuro agora!**

A Prime Consórcios tem o Plano Ideal pra você.

Representante
autorizado

Rodobens
Consórcio

Central de Relacionamento: 0800 701 0212

Ouvidoria: 0800 701 8606 | ouvidoria@rodobens.com.br



Vantagens Exclusivas aos Associados!



- *Atendimento Personalizado*
- *Grupos em Andamento*
- *Várias opções de planos, grupos e prazos*
- *Apoio financeiro ao projeto social da Amapar!*

Simule seu Consórcio!!
Acesse: www.primeconsorcios.com.br

CAMPANHA DE VACINAÇÃO 2014



JUDICEMED... Pensando em Você!

A Judicemed, preocupada em imunizar seus beneficiários realizará ação de vacinação em todo estado do Paraná.

Como nos anos anteriores, a campanha de vacinação de 2014 contemplará a gripe suína (H1N1), aviária (H3N2) e a Influenza B/Massachusetts/2/2012 em dose única.

Serão vacinados todos os beneficiários, independente da idade, exceto pessoas alérgicas a ovo, que apresentem febre no período ou orientações do seu médico quanto a não utilização da vacina.

FIQUE ATENTO(A) AO CRONOGRAMA

Curitiba 24/03 a 04/04

(das 11 às 19 horas)
Local: JUDICEMED
Av. Cândido de Abreu, 830
Municípios contemplados:

- Almirante Tamandaré
- Antonina
- Araucária
- Bocaiúva do Sul
- Campina Grande do Sul
- Campo Largo
- Cerro Azul
- Colombo
- Curitiba
- Fazenda Rio Grande
- Guaratuba
- Lapa
- Matinhos
- Morretes
- Paranaguá
- Pinhais
- Piraquara
- Rio Branco do sul
- Rio Negro
- São José dos Pinhais
- Pontal do Paraná

Foz do Iguaçu 07 de abril

(das 12 às 19 horas)
Local: Fórum
Municípios contemplados:

- Capanema
- Foz do Iguaçu
- Marechal Cândido Rondon
- Matelândia
- Medianeira
- Santa Helena
- Santo Antônio do Sudoeste
- São Miguel do Iguaçu

Cascavel 08 de abril

(das 12 às 19 horas)
Local: Fórum
Contempla os seguintes municípios:

- Assis Chateaubriand
- Campina da Lagoa
- Capitão Leônidas Marques
- Cascavel

- Catanduvas
- Corbélia
- Guaraniaçu
- Quedas do Iguaçu
- Realeza
- Toledo
- Ubiratã
- Ampére

Pato Branco 09 de abril

(das 12 às 19 horas)
Local: Fórum
Municípios contemplados:

- Barração
- Chopinzinho
- Clevelândia
- Coronel Vivida
- Dois Vizinhos
- Francisco Beltrão
- Laranjeiras do Sul
- Mangueirinha
- Palmas
- Pato Branco
- Salto do Lontra

Guarapuava 10 de abril

(das 12 às 19 horas)
Local: Fórum
Municípios contemplados:

- Cândido de Abreu
- Cantagalo
- Guarapuava
- Iretama
- Manoel Ribas
- Palmital
- Pinhão
- Pitanga
- Prudentópolis
- Reserva

Ponta Grossa 11 de abril

(das 12 às 19 horas)
Local: Fórum
Municípios contemplados:

- Arapoti
- Castro Imbituva
- Ipiranga
- Irati
- Jaguaíva

- Palmeira
- Piraí do Sul
- Ponta Grossa
- Rebouças
- São João do Triunfo
- Teixeira Soares
- Telêmaco Borba
- Tibagi

Umuarama 22 de abril

(das 12 às 19 horas)
Local: Fórum
Municípios contemplados:

- Alto Piquiri
- Altônia
- Cianorte
- Cidade Gaúcha
- Cruzeiro do Oeste
- Formosa do Oeste
- Goioerê
- Guaíra
- Icaraíma
- Iporã
- Loanda
- Nova Londrina
- Palotina
- Pérola
- Santa Izabel do Ivaí
- Terra Roxa
- Umuarama
- Xambrê

Maringá 23 de abril

(das 12 às 19 horas)
Local: Fórum
Municípios contemplados:

- Alto Paraná
- Astorga
- Barbosa Ferraz
- Campo Mourão
- Colorado
- Engenheiro Beltrão
- Jandaia do Sul
- Mamboré
- Mandaguçu
- Mandaguari
- Marialva
- Maringá
- Nova Esperança
- Paraíso do Norte
- Paranacity

- Paranavaí
- Peabiru
- São João do Ivaí
- Sarandi
- Terra Boa
- Terra Rica

Londrina 24 de abril

(das 12 às 19 horas)
Local: Fórum
Municípios contemplados:

- Apucarana
- Araçongas
- Assaí
- Bela Vista do Paraíso
- Cambé
- Centenário do Sul
- Congonhinhas
- Cornélio Procopio
- Faxinal
- Grandes Rios
- Ibiporã
- Ivaiporã
- Jaguapitã
- Londrina
- Marilândia do Sul
- Nova Fátima
- Ortigueira
- Porecatu
- Primeiro de Maio
- Rolândia
- Santa Mariana
- São Jerônimo da Serra
- Sertanópolis
- Uraí

Jacarezinho 25 de abril

(das 11 às 18 horas)
Local: Fórum
Municípios contemplados:

- Andirá
- Bandeirantes
- Cambará
- Carlópolis
- Curiúva
- Ibaiti
- Jacarezinho
- Joaquim Távora
- Ribeirão Claro
- Ribeirão do Pinhal
- Santo Antônio da Platina
- Sengés
- Siqueira Campos
- Tomazina
- Wenceslau Braz

União da Vitória 04 de abril

(das 12 às 19 horas)
Local: Fórum
Municípios contemplados:

- Mallet
- São Mateus do Sul
- União da Vitória



JUDICEMED
Autogestão em Saúde
da Magistratura Paranaense



PROTEGENDO VOCÊ
E SUA FAMÍLIA

Av. Cândido de Abreu, 830
Curitiba / PR
Fone: (41) 3017-1600

www.judicemed.com.br



DOE LIVROS E AJUDE A ABRIR NOVOS HORIZONTES



Locais de entrega:

- TJPR
- Fóruns de Curitiba
- Sede da Amapar

